

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no RS
Divisão de Apoio Administrativo
Av. Loureiro da Silva, 515 – 6º Andar – S/602 – Bairro Centro Histórico
CEP 90.010-420 – Porto Alegre/RS
Telefones: (51) 3284.9539/9544/9545/9547 Fax: (51) 3284-9649

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO RS E A EMPRESA MW SEGURANÇA LTDA.

A **União**, por intermédio da **Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul**, com sede na Av. José Loureiro da Silva, 515, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 003968950031-40, neste ato representado pelo **Sr. BERNARDO TODESCHINI**, Superintendente Federal da SFA/RS, nomeado pela Portaria n.º 332 de 09/03/2018, publicada no DOU de 15 de março de 2018, inscrito no CPF nº 443.056.131-15, portador da Carteira de Identidade nº 502869292-8, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **MW Segurança Ltda**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.525.620/0001-60, sediada na rua Valentin Rech, nº 343, em Vera Cruz – RS, cep 96880-000, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. **MARCIA Andreia Scherer Wesenik**, portadora da Carteira de Identidade nº 5102274882, expedida pelo SJS/RS, e CPF nº 024.094.990-07, tendo em vista o que consta no Processo nº 21042.007600/2019-09 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº **04/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA - PRIMEIRA - OBJETO

1.1.- O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços terceirizados continuados de vigilância noturna armada, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, utensílios e equipamentos que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

1.2.- Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do pregão, identificado no preâmbulo e a proposta vencedora, independente de transcrição.

1.3.- Objeto da contratação:



ITEM	LOCAL	TIPO DE SERVIÇO	QUANT. DE POSTO	VALOR MENSAL DO POSTO	VALOR ANUAL DO POSTO
1	ACEGUÁ/ BAGÉ/RS	(12) horas noturna, de segunda a domingo e feriados, envolvendo (2) <u>dois vigilantes</u> em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	1	9.916,66	119.999,99
2	JAGUARÃO /RS	(12) horas noturna, de segunda a domingo e feriados, envolvendo (2) <u>dois vigilantes</u> em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	1	9.825,00	117.900,00
3	URUGUAIA NA/ QUARENTE NÁRIO/RS	(12) horas noturna, de segunda a domingo e feriados, envolvendo (2) <u>dois vigilantes</u> em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	1	9.916,66	119.000,00
TOTAL				29.658,32	355.899,99

1.4. Local de execução:

Unidade de Vigilância Agropecuária de Aceguá/Bagé/RS

Endereço: Rua Rodrigues Lima, nº 49/B

CEP: 96400-440 – Aceguá-Bagé/RS

Fone/Fax: 53-3242.88.22/3413.27.45

e-mail: uvagro-bage-rs@agricultura.gov.br

Unidade de Vigilância Agropecuária de Jaguarão/RS

Endereço: Cerro do Matadouro, s/nº - Cx. Postal 32

CEP: 96300-000 – Jaguarão/RS

Fone/Fax: 53-3261.11.38 – Quarentenário/Chefia/Sede

Fone/Fax (área animal no Porto Seco) – 53-3261.98.01

Fone/Fax (área vegetal no Porto Seco) – 53-3261.10.02

e-mail: uvagro-jaguarao-rs@agricultura.gov.br

Unidade de Vigilância Agropecuária de Uruguaiana/Quarentenário/RS

Endereço: Rua Duque de Caxias, 1917 – sala 05

CEP: 97. 500.181

Fone: 55-3412.3984

Fax: 55-3413.11.82/3413.17.47

ESTAÇÃO ADUANEIRA

[Handwritten signatures and initials]

Fone: 55-3413.27.45 – área animal
Fone: 55-3413.11.82 – área vegetal
e-mail: uvagro-uruguaiana-rs@agricultura.gov.br;
joreg.vargas@agricultura.gov.br

2.- CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1.O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 01/12/2019 e encerramento em 30/11/2020, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.- CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 29.658,32 (vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 355.899,99 (trezentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



4.- CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Às despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Tesouro: 00001

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: VIGIAGROS

PTRES: 107998

Elemento de Despesas: 33.90.37.03

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5.- CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.- CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. Às regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7.- CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8.- CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9.- CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.



10.1. Às sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1.O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1.por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5.O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6.Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9.O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2.nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10.O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Às supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

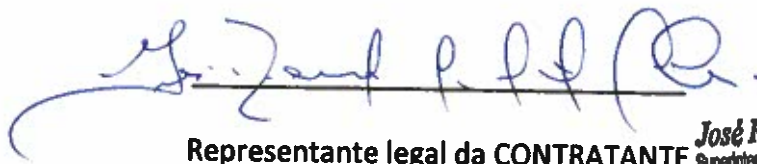
15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal de Porto Alegre/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Porto Alegre, 01 de dezembro de 2019.



Representante legal da CONTRATANTE

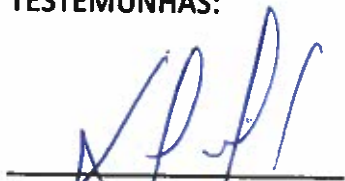
José Ricardo de M. Cunha
Superintendente Federal da Agricultura no RS
Substituído



Representante legal da CONTRATADA

024.094.990-07

TESTEMUNHAS:



Nome:

CPF: 286.236.229-87



Nome:

CPF: 348.672.240-49

